



ATA N.º 5/2019

QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA

Local: Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município

Data: 27/09/2019.

Iniciada às 21,00 horas e encerrada às 23,30 horas.

I. Apreciação e votação da ata da sessão anterior

II. Período antes da "Ordem do Dia"

III. Período da "Ordem do Dia":

- a) **Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município - (alínea c) do número 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013)**
- b) **Relatório Semestral de Auditoria ao Município de Mourão – 1.º Semestre de 2019**
- c) **Informação dos Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos (Lei n.º 8/2012), aprovada pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária de 20/11/2017**
- d) **Designação de uma pessoa para fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mourão - Aditado**

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Rui Miguel Bonito Vitorino

Primeiro-Secretário: Vítor Manuel Rosado Aranha

Segundo-Secretário: Vanda Raquel Segurado Ramalho

Membros: Francisca Maria Rosado Silva Sousa

João Filipe Cardoso Fernandes Fortes

Rui Manuel Chilrito Pereira



José Manuel Matrola Pinto
Luís Carlos Barreto Rodrigues
Olga Manuela Leandro Rosinha Mendes
José António Gomes Domingues
António José Lucena Dias
Venceslau Inácio Ramalho Raminhos
Arnaldo Gonçalves Caeiro
Rui Miguel Rocha Passinhas

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja: Anselmo Bernardino Ramalho Vogado

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz: Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão: José Duarte Costa Franco

--- A sessão foi presidida pelo senhor **Rui Miguel Bonito Vitorino**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal.-----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou o Plenário que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, é obrigatório a realização, no mês de **setembro**, de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** informou, também, o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, pediram substituição ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Senhores Deputados Municipais: -----

--- **Agostinho dos Santos Pardal**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Vítor Manuel Rosado Aranha**; -----

--- **Dimas Joaquim Canhão Ferro**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, substituída nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Arnaldo Gonçalves Caeiro**; -----

--- **Catarina Ascensão Silva Marques**, do Grupo Municipal do PSD, substituída nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Venceslau Inácio Ramalho Raminhos**; -----

--- **Vera Lúcia Bragança Galhofas Caeiro**, Presidente da Junta de Freguesia de Granja, substituída nos termos do n.º 4 do artigo 12.º do Regimento em vigor da AMM e da alínea



- b) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Senhor Tesoureiro daquela Junta de Freguesia, **Anselmo Bernardino Ramalho Vogado**. -----
- Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, e estando presentes na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram aqueles, imediatamente, as suas funções como Deputados Municipais. -----
- Feita a chamada, verificando a existência de quórum, com dezassete presenças e a falta do Senhor Deputado Municipal **Vítor Hugo Segurado Dias**, o **Senhor Presidente da Mesa** declarou abertos os trabalhos. -----
- Considerando ainda que o Senhor Deputado Municipal **Dimas Joaquim Canhão Ferro** pediu substituição, e que o mesmo exerce as funções de primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal, foi designado para exercer aquelas funções, o Senhor Deputado Municipal **Vítor Manuel Rosado Aranha**. -----
- Antes de iniciar os pontos da ordem de trabalhos o **Senhor Presidente da Mesa** como Ponto Prévio ao abrigo do artigo 49.º do Regimento da AM prestou as seguintes Informações: Artigo 27.º n.º 2, alínea c): -----
- Congratulou-se com a forma como decorreram recentemente no concelho as Festas de Nossa Senhora da Luz, de S. Sebastião e de Nossa Senhora do Alcance, nas freguesias de Luz, Granja e Mourão, respetivamente. -----
- Leu o ofício da DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais n.º 1186-2019, de 06-09-2019, em que informa em cumprimento do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sob a epígrafe "*Alerta Precoce de Desvios*", que de acordo com os dados disponíveis na aplicação informática SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais, o Município de Mourão registou, nos anos 2017 e 2018, uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85%. -----
- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** lembrou que os cidadãos interessados em usar da palavra têm uma ficha de inscrição para uso da palavra disponível junto da Mesa, com a indicação da matéria que pretendem versar bem como do seu nome. -----
- Finalmente, o **Senhor Presidente da Mesa** informou que no dia 20 de setembro recebeu da presidente da CPCJ a informação que de acordo com a recomendação N.º3/CNPDP/CJ/2018, a Comissária Maria de Jesus Freira Falé completa o primeiro mandato no dia 22 de setembro de 2019, podendo continuar a exercer tais funções por um novo período de três anos. Caso nada seja dito até ao dia 23 de setembro corrente, aquela CPCJ assume que aquela representante iniciará um novo mandato consecutivo. -----
- Nesse mesmo dia recebeu da Comissária Maria de Jesus Freira Falé a decisão em não continuar a exercer funções na qualidade de comissária da CPCJ de Mourão como



representante da Assembleia Municipal, por motivo de indisponibilidade profissional, cessando assim a sua colaboração com a mesma ao completar um mandato de 3 anos no dia 22 de Setembro de 2019. -----

Mais foi informado pela presidente da CPCJ que tem de ser nomeada uma pessoa para novo mandato da CPCJ. Como tal, anunciou que iria colocar à votação a sua proposta de inclusão na Ordem do Dia, da Alínea d) - **Designação de uma pessoa para fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mourão**, tendo tal proposta merecido total aprovação, **por unanimidade**. -----

I – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR

--- O **Senhor Presidente da Mesa**, lembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata, que no caso são os Senhores Deputados Municipais Arnaldo Caeiro, José Domingues, Vanda Ramalho, António José Dias, Olga Mendes e Anselmo Vogado. -----

--- Ato contínuo, colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 4/2019, correspondente à terceira sessão ordinária de 2019 da Assembleia Municipal de Mourão, realizada no dia 19 de junho de 2019, na Sala de Sessões dos Paços do Município de Mourão. -----

--- Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 4/2019, a qual foi **aprovada por unanimidade**. - -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção. -----

II – PERÍODO DE ANTES DA “ORDEM DO DIA”.

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** lembrou o tempo de cada FORÇA POLÍTICA (minutos) com base no n.º 2 Art.º 55.º do Regimento, assim distribuído: -----

PS 23 min

PPD/PSD 17 min

CDU 5 min

CDS/PP-MPT-PPM 5 min

CÂMARA MUNICIPAL 10 min

--- O Sr. Presidente da Mesa informou que foram entregues à Mesa duas moções do PSD pelo que solicitou que algum dos membros daquele grupo municipal faça a apresentação das



mesmas, tendo intervindo o senhor Deputado Municipal João Fortes para dizer: "Relativamente à moção **"Pela Reabilitação do campo de Futebol de Mourão"**, que abaixo de transcreve, verificando que há um novo impulso na atividade desportiva no Município, há que motivar esse mesmo impulso sem contudo poder deixar de lembrar o abandono a que tem sido votada aquela infraestrutura desportiva desde 2014. Creio que todos entenderão que se deve reabilitar aquela infraestrutura e a proposta não é mais do que ter um olhar mais atento para o campo de futebol, pois uma vez que a Sociedade Recreativa Luzense irá participar no campeonato do INATEL e tendo jogadores de Mourão nada inviabiliza que possa ter de utilizar o campo de futebol de Mourão, devidamente melhorado e até quem sabe se não deveria ter um relvado sintético, à semelhança do que acontece em muitas freguesias do distrito. Relativamente à Moção **"Pela Criação do Centro Interpretativo do Azeite em Mourão"**, que a seguir também se transcreve, referiu que soube agora que segundo as bibliografias e historiadores foi em Mourão que foi descoberto o primeiro espólio de lagar. Esta proposta não é nada mais do que aproveitar o espaço existente na Rua da Fábrica, propriedade do Município, onde existem todas as ferramentas e utensílios relacionados com a temática e existem hipóteses de se recorrer a fundos comunitários para este tipo de projetos, que daria a conhecer aquele espólio e seria mais um impulso para o desenvolvimento turístico do concelho." -----

"MOÇÃO

Pela Reabilitação do Campo de Futebol de Mourão

Considerando que:

- 1. O acesso a equipamentos desportivos de qualidade são condição essencial para o bem estar e qualidade de vida das populações, muito em particular do desenvolvimento físico e social das camadas mais jovens da população;*
- 2. A nível do Concelho, o futebol tem tido um papel relevante no desenvolvimento desportivo da população, muito através do Mourão Atlético Clube (inativo) e, atualmente, com o surgimento da equipa da Sociedade Recreativa Luzense que irá participar na presente época no Campeonato da Fundação Inatel;*
- 3. Que, neste momento, o campo de futebol de Mourão está completamente abandonado, degradado e sem condições mínimas para o exercício da prática desportiva, não estando salvaguarda nenhum tipo de condição mínima para que os atletas desportivos possam desenvolver as suas capacidades, nem participar em competições federadas com condições condignas.*

Assim, a Assembleia Municipal de Mourão, reunida em 27 de Setembro de 2019, delibera:

- 1 - Manifestar a preocupação ao executivo municipal pelo atual estado de degradação do campo de futebol de Mourão e exigir o compromisso para que sejam tomadas as diligências para o início de obras de reabilitação deste equipamento desportivo que contemplem, naturalmente, a instalação de um relvado sintético.*



Mourão, 27 de Setembro de 2019

Pelos eleitos pelo PSD

"MOÇÃO

Pela Criação do Centro Interpretativo do Azeite em Mourão

Apontamento Histórico

Não se sabe ao certo quando começou a produzir-se azeite no Alentejo, mas a tradição nos países do Mediterrâneo é ancestral. Foram os fenícios e, principalmente, os romanos que introduziram melhorias na plantação, enxertia e extração de azeite. Escritos do historiador romano Estrabão referem-se ao Azeite do Alentejo como um produto de excelente qualidade, importado por Roma há 2000 anos.

É muito antiga a utilização de azeite como alimento, meio de iluminação ou como produto de referência para as práticas medicinais e higiénicas. Tal como hoje, o azeite era uma das gorduras mais utilizadas, substituindo a manteiga de vaca, com utilização reduzida na cozinha. No Alentejo, em particular, é antiga a tradição de comer azeitonas em pão depois de temperadas com sal e orégãos. O azeite também era utilizado como meio de pagamento de foros e rendas. (Alentejo, 2018)

Além disso, segundo Carlos Fabião, autor do título "O grande Livro da Oliveira e do Azeite", ficamos a saber que o mais antigo vestígio documentado de um lagar de azeite encontrado em território nacional é situado no concelho de Mourão, num local hoje inundado pelo grande lago de Alqueva: o Castelo da Lousa, datado do século I a.C.

Nota Justificativa

Atualmente, Portugal é o sétimo produtor mundial de azeite e o quarto país exportador. Em 2016, as vendas internacionais de azeite somaram os 434 milhões de euros e Brasil, Angola, Espanha e Itália foram os principais mercados de destino. O azeite é o produto português mais exportado para o Brasil.

É no Alentejo, região do sul de Portugal, que se produz mais de 70% do azeite nacional. Na campanha de 2015/2016, por exemplo, o país produziu 89,3 mil toneladas de azeite e 68 mil foram produzidas no Alentejo. Nos últimos 15 anos, a região alentejana ganhou 50 mil novos hectares de olival, contribuindo para o crescimento da produção nacional de azeite.

O nosso Concelho, em particular, é rico na sua história relacionado com a produção de vinho e azeite numa das regiões demarcadas do Alentejo – Granja-Amareleja. É importante não esquecer as origens e a forma como os antigos produziam, praticamente de forma artesanal, os aromas e sabores que são parte integrante da cultura alentejana.

Dar a conhecer como tudo começou será um dos melhores pontos de partida para encarar o futuro e evoluir de forma mais sólida o setor do turismo cultural e histórico no Concelho, criando um valor acrescentado a todos aqueles que visita este território.

Assim, a Assembleia Municipal de Mourão, reunida em 27 de Setembro de 2019, delibera:

1 - Instar a criação do Centro Interpretativo do Azeite no antigo lagar da Cooperativa A Fomentadora Mouranense sita na Rua da Fábrica, do qual o município é detentor patrimonial, aproveitando a maquinaria e os utensílios de produção de azeite completos ali existentes que datam do século XX e



complementando o espaço com um conjunto de registos fotográficos desta atividade com grande tradição no Concelho e na região.

Mourão, 27 de Setembro de 2019

Pelos eleitos pelo PSD"

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para discussão das moções acima transcritas, tendo intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Domingues** para referir que não discorda que se queira fazer o Centro Interpretativo do Azeite, mas devem lembrar-se que a Granja já tem um Museu do Azeite à disposição de quem queira visitar e tem também lagar. É bom que se comece a pensar também nas outras freguesias de Granja e Luz e não ser só Mourão, e com critérios capaz de resolver os problemas e satisfazer as pessoas que lá vivem, e com iniciativas que levem a que o turismo também chegue às outras freguesias. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para referir que tem a mesma opinião do Sr. José Domingues pois já vários anos esteve orçamentado a construção de um Museu e um Centro Etnográfico mas por falta de dinheiro não se concretizou. Poderia ser bom mas parece-lhe haver outras prioridades pois já há um na Granja que é digno de se ver e visitar. Relativamente ao Campo de Futebol também lhe parece que a Granja é a freguesia mais mal servida daquelas infraestruturas, pois Mourão tem diversas equipas em ação e na Luz também se vai iniciar a participação de uma equipa, pelo que será preferível melhorar o campo da Luz, mesmo não sendo do Município. Já houve um campo relvado e depois não houve equipa para o utilizar, pelo que é a favor de se relvar o campo se houver pessoas interessados em dar-lhe utilização. Deve-se investir na freguesia da Granja onde só há um ringue com o piso em mau estado e como o dinheiro é pouco deve-se olhar às prioridades. -

--- **O Senhor Deputado Municipal João Fortes** referiu que de facto as outras freguesias não devem ser esquecidas e é por isso que este Centro Interpretativo que tem um cariz menos exigente que o Museu serviria também para potenciar o Museu do Azeite da Granja. Relativamente ao campo de futebol embora seja verdade que é na Luz que agora vai iniciar uma equipa e se deva melhorar as condições, também será injusto que os jovens de Mourão que queiram praticar futebol mesmo sem competir não tenham um campo com as condições necessárias. Embora não se menosprezem as freguesias também não se pode descuidar da sede do concelho. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para dizer que na realidade a atividade turística é por esta altura a maior fonte de riqueza do país e as pessoas já deixaram de visitar só Lisboa e o Algarve e vêm também para o interior do país. Considerando a dimensão do Município e as suas condições económico-financeira faria mais sentido não apresentar moções desgarradas, embora as compreenda, mas deixar nas mãos do Executivo



a criação de um grupo de trabalho que estudasse quais os equipamentos a construir na vertente do azeite que é uma das potencialidades do concelho e quais os recursos disponíveis nessa mesma área. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** para informar relativamente ao desporto no concelho que a Artística em 2015 e 2016 teve uma equipa no Inatel, neste momento o hóquei em patins tem quatro escalões e o futsal tem desde os traquinas, pelo que já há bastante atividades desportiva, em representação de clubes recentemente constituídos ou refundados. As infraestruturas fazem falta se houver pessoas para as utilizar. Se na Luz a equipa de futebol for em representação da Sociedade tem mais dificuldade de recorrer a apoios do IPDJ do que se fosse pela Associação de Jovens. Na Granja é estritamente necessário requalificar o ringue pois as crianças daquela freguesia neste momento têm zero de infraestruturas. O Pavilhão de Mourão que está a ser muito utilizado tem um dos melhores pisos do distrito. Finalmente frisou que por ele a prioridade de investimentos neste capítulo é na Granja onde não há nada. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** referiu que foi efetivamente proveitoso o grupo do PSD trazer estas duas moções pois trouxe à discussão coisas bastantes importantes. Sabe-se que todas as freguesias necessitam de ser desenvolvidas e os recursos não são muitos, mas às vezes é possível obter outros recursos sem ser através dos habituais canais de financiamento. Concretamente no que diz respeito aos campos de futebol compreende que sejam prioritárias as freguesias de Granja e Luz. Não concorda com a ideia de que não havendo pessoas não se fazem infraestruturas, e vê a coisa um pouco ao contrário, ou seja se houvesse um campo de futebol com piso sintético, poderia captar não só as pessoas do concelho como as de concelhos limítrofes. Se houver melhoria das infraestruturas se calhar também há mais pessoas a praticar. Mais referiu que concorda com o Sr. Deputado Arnaldo de que deve haver interligação entre as freguesias no sentido de se aproveitar os vários equipamentos mas com um plano com uma visão mais ampla. Fica satisfeita por a moção sobre o Centro Interpretativo trazer toda esta discussão sobre o tema e que se aproveite a ocasião para se pensar num projeto conjunto para a otimização e dinamização dos grandes recursos do concelho nesta área. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Duarte** referiu que considera que a proposta de requalificação do campo de futebol deveria ser mais ampla, propondo sim uma requalificação dos espaços desportivos. Foi feita uma requalificação do ringue de Mourão pela Junta de Freguesia de Mourão e a requalificação do campo de futebol sem haver Avisos abertos para apoios financeiros é bastante complicada, pois um único Aviso que está aberto no âmbito do IPDJ é apenas para Clubes Desportivos que sejam proprietários ou por cedência dos espaços pelas autarquias. Finalmente perguntou se têm a noção de quanto



custa a instalação de um piso sintético num campo com aquela dimensão, que é dos maiores do distrito? -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** informou que iria interromper a sessão por um período de cinco minutos antes de colocar as mencionadas moções à votação. -----

--- Retomados os trabalhos e depois de colocadas à votação, foram obtidos os seguintes resultados: -----

- Moção "**Pela Reabilitação do Campo de Futebol de Mourão**" - **Aprovada por maioria**, com cinco votos a favor, dez abstenções dos Senhores Presidente e Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, e dos Senhores Deputados Municipais Rui Pereira, Olga Mendes, António Dias, Arnaldo Caeiro, Anselmo Vogado, José Franco e José Pinto, e um voto contra do Senhor Deputado Municipal José Domingues. **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: "*O Grupo dos Deputados Municipais do PS considerando a importância deste tema opta por se abster e deixar passar a moção e deixar depois ao critério do Executivo, que tendo em conta as condições financeiras atenda às suas prioridades de investimento, mesmo considerando que este também é pertinente*". --

- Moção "**Pela Criação do Centro Interpretativo do Azeite em Mourão**" - **Aprovada por maioria**, com cinco votos a favor, dez abstenções dos Senhores Presidente e Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, e dos Senhores Deputados Municipais Rui Pereira, Olga Mendes, António Dias, Arnaldo Caeiro, Anselmo Vogado, José Franco e José Pinto, e um voto contra do Senhor Deputado Municipal José Domingues. **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: "*O Grupo dos Deputados Municipais do PS considerando também a importância deste tema como é por todos reconhecida, opta por se abster, sabendo que o assunto deve ser objeto de um estudo mais alargado, porventura com a interligação das freguesias*". -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu novo período de inscrição para intervenção, tendo-se inscrito e intervindo: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Pinto** para ler um voto de pesar do seguinte teor: -----

"Como é do conhecimento do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mourão, faleceu no passado dia 6 de Agosto de 2019, o Sr. Ricardo Calixto Borges Cartaxo, vítima de doença prolongada.

A Concelhia do Partido Comunista Português do Concelho de Mourão cumpriu o dever de informar, em tempo útil, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mourão, o falecimento do nosso Camarada e amigo, o Sr. Ricardo Calixto Borges Cartaxo, o qual fez parte como representante da CDU e do Partido Comunista Português, em anteriores Assembleias Municipais deste Concelho. Fez ainda parte de algumas comissões na Assembleia Municipal de Mourão. Militante do PCP, foi também um digno representante da CDU nessas Assembleias Municipais onde, embora só, muito contribuiu para vincar as suas ideias e os ideais do PCP em Mourão.



Para que possa ser devidamente homenageado estamos a dar conhecimento do facto para, se a actual Assembleia Municipal, nas pessoas dos seus deputados, achar próprio e conveniente o facto de lhe ser prestada uma singela homenagem como dedicado defensor de uma democracia participativa do interesse do Concelho, dos seus trabalhadores e de toda a população em geral.

*Nestas condições, eu, José Manuel Matrola Pinto, deputado eleito pela CDU, Coligação Democrática Unitária, nesta Assembleia Municipal, proponho **UM VOTO DE PESAR**, pelo falecimento do Sr. Ricardo Calixto Borges Cartaxo, pelo facto de ter sido Deputado em anteriores Assembleias Municipais e ter contribuído para fortalecer a tal Democracia Participativa e Democrática em prol de toda uma população do Concelho de Mourão.*

Mourão, 27 de Setembro de 2019

O Deputado Municipal da CDU

(José Manuel Matrola Pinto)"

--- **O Sr. Deputado José Pinto** leu depois o poema do escritor Moçambicano Mia Couto, "Os sete sapatos sujos", que seguidamente se transcreve, e ofereceu ao Sr. Deputado João Fortes um livro sobre os presos políticos do Forte de Peniche: -----

"Não podemos entrar na modernidade com o actual fardo de preconceitos. À porta da modernidade precisamos de nos descalçar. Eu contei "sete sapatos sujos", que precisamos deixar na soleira da porta dos tempos novos. Haverá muitos, mas eu tinha de escolher o sete, é um número mágico.

Primeiro sapato: A ideia de que os culpados são sempre os outros e nós somos sempre vítimas;

Segundo sapato: A ideia de que o sucesso não nasce do trabalho;

Terceiro sapato: O preconceito de que quem crítica é um inimigo;

Quarto sapato: A ideia de que mudar as palavras muda a realidade;

Quinto sapato: A vergonha de ser pobre e o culto das aparências;

Sexto sapato: A passividade perante a injustiça;

Sétimo sapato: A ideia de que para sermos modernos temos que imitar os outros." -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Domingues** para sugerir que alguém do Executivo interceda junto de quem de direito para que na localidade da Amareleja seja colocada uma placa indicativa da direção para a Granja. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Sara Correia** para referir que embora já tenha alertado várias vezes o Executivo para o problema daquela infraestruturas, e antes que haja lá algum acidente, sente necessidade que fique escrito e seja do conhecimento da Assembleia de que o passadiço de acesso ao cais da Luz, com cerca de 800 metros e construído em madeira pela EDIA e entregue ao Município, que tem 17 ou 18 anos, está bastante deteriorado e em risco de poder ruir, com madeiras partidas e nalguns locais já sem as cordas. Depois da tragédia de Borba deslocou-se ao local acompanhada da Sr.^a Presidente da Câmara onde puderam constatar o mau estado do mencionado equipamento, pelo que devem ser tomadas as necessárias medidas antes que aconteça alguma desgraça.



--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Passinhas** para dizer que teve conhecimento que o abastecimento de água para consumo humano à freguesia de Granja está a ser feito através de cisternas, pelo que pergunta qual o motivo desta situação? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Fortes** para agradecer a oferta do livro por parte do Senhor Deputado José Pinto e referir que as três palavras querem dizer: Memória – memória dos tempos em que era criança e brincava nas ruas e que via a alegria das pessoas por haver esperança, haver emprego; Resistência, porque resisti, voltei e acredito que ficarei, e Luta porque sabemos o que andamos aqui a fazer e mais cedo ou mais tarde teremos os resultados. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** para referir que como aqui se falou do campo de futebol e como se sabe que está lá a decorrer uma cerimónia, gostaria de saber como foi feita a cedência, se está a ser cumprido o regulamento e se há algumas contrapartidas para o Município? -----

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação o Voto de Pesar, tendo o mesmo merecido aprovação, **por unanimidade.** -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta prestou os seguintes esclarecimentos relativamente aos assuntos antes abordados: -----

- Depois da visita ao passadiço foram realizados alguns trabalhos pelos carpinteiros, embora insuficientes, e foi pedido um orçamento a uma empresa da especialidade, cujo valor apresentado é um pouco mais de 50 mil euros. Foi então solicitada uma reunião à EDIA para tratar três pontos: Atualizar o protocolo de ampliação do Cemitério, pois o Arquiteto responsável apresentou um novo orçamento com o valor pelo triplo, apresentar a preocupação sobre o passadiço e reivindicar apoio para a sua reparação, pois só o Município a suportar os custos é muito difícil, e o Plano de Pormenor da Aldeia da Luz, já que havia o compromisso de um antigo presidente da EDIA de ser aquela empresa a elaborar a revisão daquele Plano. Aguarda-se então por essa reunião, até porque está a ser elaborado o orçamento para o próximo ano e há que perceber quais os valores em concreto para serem previstos e incluídos para aquelas obras. Como todos os membros do Executivo sabem há vontade de se fazer alguma coisa no lagar, mas para se baixar o endividamento, fazer a obra do Cine-Teatro e agora reparar a Torre do Castelo, que surgiu de imprevisto, por vezes torna-se impossível, não por falta de ideias ou falta vontade, mas sim por falta de verbas. A reparação do passadiço é realmente uma das maiores prioridades; -----

- A responsabilidade do abastecimento de água em alta é da Águas do Vale do Tejo, SA., mas o Município preocupa-se e sabe que não é uma situação de falta de água mas sim porque nas análises que são regularmente efetuadas se verificaram valores com desconformidades com os parâmetros obrigatórios. Sendo o Grupo Águas de Portugal a que aquela empresa pertence, bastante exigente quanto à segurança e qualidade da água que



fornece à população e as análises não garantiam essa mesma qualidade, optou por este tipo de fornecimento em detrimento da utilização dos furos. Agora até estão a depositar a água diretamente nos depósitos pois o problema pode estar nos filtros e se for aí a causa procederão à sua substituição, voltarão a fazer análises e só com total garantia de qualidade deixarão de utilizar este método de abastecimento. Finalmente referiu que embora possa vir a haver problemas nos furos pela baixa do nível dos lençóis freáticos pela escassez de chuva, agora o problema é apenas a sua qualidade e não a falta de água; ---
- Relativamente à cedência do campo de futebol informou que deu entrada um pedido de cedência de um espaço para a realização de um casamento de famílias de etnia cigana, e inicialmente pretendiam o terreno da feira, mas como o campo de futebol está mais isolado, em reunião de Câmara foi deliberado autorizar a cedência daquele espaço, pelo que foi comunicado à GNR que aquela autorização estava dependente de garantia da segurança. Depois da GNR ter comunicado que garantia as condições de segurança foi emitida a licença de ruído e cobradas as respetivas taxas devidas. -----

III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

a) – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO (ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013)

--- Recordou o **Senhor Presidente da Mesa** que a Sr.ª Presidente tem 10 minutos para apresentar cada ponto e que cada deputado municipal tem 3 minutos para fazer perguntas. No final a Sr.ª Presidente terá 10 minutos para responder. Agradeceu a colaboração de todos no sentido de serem rigorosos no cumprimento dos tempos. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal**, para dizer o que se lhe oferecer, tendo esta remetido, no geral, a sua comunicação para a Informação, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número doze**), ficando a fazer parte integrante desta ata, colocando-se depois à disposição para prestar os esclarecimentos que os Senhores Deputados Municipais considerem pertinentes. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi concedida: -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Fortes** para realçar o prémio revelação atribuído pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo à Praia Fluvial de Mourão que é de louvar, e que apesar de alguma contestação sempre considerou um investimento relevante para o concelho, que poderá ser potenciado com eventos como o do Gaspacho promovido pela Junta de Freguesia, e é este tipo de iniciativas de que se necessita, sendo que fica satisfeito porque no final do dia prevaleceu o bom senso, uma vez que as propostas do PSD não são



só do PSD mas sim do concelho e este prémio é isso mesmo. Mais destacou também o prémio sobre o raide atribuído a um conterrâneo nosso atribuído pela CIMAC. Perguntou depois quais as conclusões com o Sr. Comandante Distrital da Autoridade Nacional da Proteção Civil e o Sr. Presidente dos Bombeiros, nomeadamente sobre a débil situação financeira. Finalmente perguntou que vagas serão abertas na candidatura do Município aos estágios do PEPAL, para quando se prevê a sua colocação, e qual o ponto de situação sobre a reparação da Torre do Castelo? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para referir que embora os Bombeiros sejam uma Instituição de Direito Privado prestam serviços de enorme importância no âmbito dos serviços públicos, pelo que solicita informação acerca da sua caótica situação financeira. Mais perguntou quais os desenvolvimentos resultantes da reunião com o representante da CDU sobre a Rede Natura e qual o ponto de situação relativamente ao processo de alteração daquela zona de proteção especial?

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para realçar que a Praia Fluvial de Mourão foi um investimento que está a ter retorno para o Município. Realçou também a inauguração da Casa Mortuária da Granja, um projeto que motivou um enorme esforço financeiro do Município, cerca de 185.000 euros, sem qualquer apoio financeiro externo, e que é um equipamento que vem colmatar uma lacuna naquela freguesia. Deu também os parabéns à Sr.^a Presidente pelo investimento de cerca de 40.000 euros feito na educação, mais propriamente na aquisição de material informático para as escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância, bem como na aquisição de novos equipamentos. Finalmente realçou que apesar de se continuar a investir a dívida continua a baixar, pelo que se vai no bom caminho. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou se a indicação de que a Caixa Geral de Depósitos não irá fechar a agência de Mourão é ou não para se considerar como firme e certa? Mais lembrou que na Informação parece que falta a menção da atividade da responsabilidade do Sr. Arq.^o João Barreto. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** esta prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Na primeira fase do concurso foi para indicar o número de estágios que se pretendia e depois então indicar as áreas, tendo sido indicadas três vagas para licenciados nas áreas de turismo, arquivo e gestão ou economia; -----

- A Torre do Castelo tem a fase de estabilização terminada e foi candidatada à Rota do Guadiana, com um custo de cerca de 50.000 euros. Ainda não abriu nenhum Aviso para se apresentar candidatura à reabilitação cujo projeto ronda os 150.000 euros. O pessoal do exército esteve durante três semanas a realizar os trabalhos do levantamento topográfico; -

- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão tem sido a única Instituição do concelho que o Município tem apoiado financeiramente, mesmo abrangidos



pelo PAEL, com 2.500 euros mensais para a EIP referente a 50% do custo, mais 10.000 euros para arranjos de viaturas e mais 2.000 euros mensais por serviços prestados. Na reunião tida com o Comandante Distrital este informou que não tem meios financeiros que possa ajudar, tendo também o Secretário de Estado informado que não tem hipóteses de dar apoios extraordinários para além das transferências acordadas. Nessa mesma reunião surgiu então a hipótese de se constituir e apoiar uma segunda EIP – Equipa de Intervenção Permanente, considerando que Mourão é um concelho transfronteiriço. O Município não pode ir mais além no apoio concedido; -----

- Acompanhada dos Srs. Presidentes das Câmaras de Barrancos e Mourão foi muito bem recebida pelo Sr. Deputado da CDU, que lhes proporcionou uma visita guiada pela Assembleia da República, e ficou de apresentar algumas perguntas ao Governo sobre o desenvolvimento do processo daquela Rede Natura no sentido de que a mesma proporcione alguns benefícios aos agricultores inseridos naquela zona, perante as restrições que lhes estão impostas. -----

- Depois de saber por vias não formais que as agências da Caixa Geral de Depósitos de Mourão e Barrancos estariam na calha para encerrar, foi juntamente com o colega de Barrancos recebida pelo administrador executivo daquela Caixa que já a tinha recebido há cerca de dois anos, o qual afirmou que agora poderia garantir que as agências não iriam encerrar, podendo sim ser objeto de algumas alterações e adaptações de horários de funcionamento. -----

--- Tomado conhecimento. -----

b) – RELATÓRIO SEMESTRAL DA AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE MOURÃO – 1.º SEMESTRE DE 2019

--- Sobre o assunto em epígrafe a **Senhora Presidente da Mesa em exercício** dispensou a leitura da Informação da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número treze**), fazendo parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta realçou que o relatório refere que o Município não tem dívida em excesso e que o prazo médio de pagamento a fornecedores é de 192 dias que era de 213 dias em 2018, mas há que referir que este não é um prazo médio nada simpático que está severamente inflacionado em virtude da dívida às Águas, pois os fornecedores, nomeadamente aos locais, os pagamentos estão praticamente em dia. Este prazo médio é uma realidade que não se pode negar mas não reflete a verdadeira situação dos pequenos fornecedores. Mais referiu que as



observações feitas no relatório sobre as reconciliações bancárias que também foram objeto de algumas questões na reunião do Executivo já estão devidamente resolvidas. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo pedido a palavra e intervindo: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Arnaldo Caeiro** para questionar sobre o aumento da receita de capital de 2018 para 2019, de 191.650,00 para 450.979,00, e depois congratular o Executivo e o responsável financeiro pelo rigor e rácios da contabilidade da Câmara, destacando basicamente o aumento do excedente orçamental, que permite verificar que há uma diferença entre os gastos e as receitas, ou seja gastou menos do que aquilo que recebeu, e isto deve deixar satisfeito o Executivo e esta Assembleia Municipal que tem a missão de fiscalizar as contas, e os munícipes do concelho pois havendo melhorias da saúde financeira do Município também melhoram as condições de vida das populações. Percebeu perfeitamente a explicação dada relativamente ao rácio do prazo médio de pagamento, realmente emolado dela dívida antiga às Águas, e voltou a enaltecer o trabalho meritório do Executivo que é bem patente pelos dados apresentados neste relatório. -----

--- O **Senhor Deputado Municipal João Fortes** para salientar que de facto existe uma diminuição do prazo médio de pagamentos ainda que inflacionado pela dívida às águas, mas sendo agora um pouco nostálgico lembra que o Município aderiu ao PAEL para pagar essas dívidas, mas é na realidade bom que as pequenas e médias empresas tenha os pagamentos mais ou menos em dia, o que lhes facilita a vida. Mais voltou a lembrar que se deveria proceder à atualização contabilística do património como recomenda a auditoria e está relacionado com o inventário como o PSD já referiu várias vezes, mesmo que sendo um trabalho caro é importante, pois se não se sabe o temos em casa não podemos fazer a melhor gestão dos ativos. Os rácios da receita melhoram por via dos impostos diretos castigando certamente os munícipes. Mais referiu que como foram agora levantadas algumas imposições do PAEL certamente que no próximo orçamento se poderá aliviar a carga fiscal dos munícipes, nomeadamente pela redução da taxa de IMI e da Derrama. Por fim salientou o elevado peso das despesas com pessoal e com aquisição de bens que impede naturalmente mais investimento, pelo que se deve encontrar uma forma criativa para maior equilíbrio nestas duas vertentes. -----

--- A **Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** para dizer que depois dos elogios à gestão da Câmara pedia que analisassem aquilo que foi dito e o que está nos documentos, à luz do primeiro aviso de que o Sr. Presidente desta Assembleia deu conhecimento no início da sessão e constante no ofício da DGAL sobre a fraca execução orçamental durante dois anos consecutivos. Mais referiu que devem cruzar aqueles dados com os agora apresentados e tirem as suas conclusões. -----



--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta informou que o aumento das receitas tem muito a ver com a venda das propriedades no âmbito da ação de preferência, de cerca de 300.000 euros, que ainda não foi utilizada porque pode fazer falta para pagar antecipadamente os autos de medição da obra do Cine-Teatro, para depois se receber então a comparticipação. A atualização contabilística não pode ser feita sem que sejam publicadas as novas regras contabilísticas que o permitam e definam. Finalmente referiu que no próximo ano se poderá pensar em reduzir as taxas do IMI porque se atingiu um nível de endividamento abaixo do obrigatório e porque a Assembleia Municipal aprovou a prestação de contas, mesmo não podendo contar com os votos do PSD para essa mesma aprovação. Realmente poderemos tirar as conclusões e frisou que nunca disse que se estava numa situação financeira boa, longe disso, mas uma vez que se falou no PAEL lembra que se o FAM tem sido aprovado estaríamos certamente numa posição mais favorável, com taxas de juros muito mais baixas, e nestes dois anos e meio já se teria uma poupança de mais de 1.000.000 de euros, que bem poderia ser aproveitada para fazer investimentos. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

c) – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS (LEI N.º 8/201), APROVADA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SESSÃO ORDINÁRIA DE 20/11/2017

--- **O Senhor Presidente da Mesa** colocou à discussão a análise da Informação da Câmara Municipal, dispensando a sua leitura, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, a qual dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (**documento número catorze**), fazendo parte integrante desta ata. -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos que os Senhores Deputados Municipais entendam necessários. -----

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra, tendo pedido a palavra e intervindo a **Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** para pedir esclarecimentos sobre os critérios que foram utilizados para contratação do senhor engenheiro e da empresa para a avaliação desempenho, e como se justifica esta contratação tendo em conta a distancia a que a mesma está sediada, pois certamente irá cobrar deslocações? -----

--- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** esta informou que como havia celeridade na contratação de um técnico superior na área da engenharia civil em virtude do



Sr. Eng.º Anania ter ido em mobilidade para a CIMAC, a contratação foi feita por convite e ajuste direto. A contratação da empresa para a avaliação do desempenho foi feita por concurso com convite a três empresas e foi adjudicado o serviço à que apresentou o valor mais baixo. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

d) - DESIGNAÇÃO DE UMA PESSOA PARA FAZER PARTE DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MOURÃO

--- Relativamente a este assunto o **Senhor Presidente da Mesa** começou por informar que como já esclareceu anteriormente que terá de ser designada uma pessoa para fazer parte daquela Comissão, e perguntou se algum Senhor Deputado tinha algum nome para indicar, tendo o **Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** indicado o nome da Senhora Ana Maria Serrano Caeiro. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Francisca Sousa** solicitou alguns esclarecimentos sobre a identidade, experiência e capacidades da senhora indicada, tendo o **Sr. Deputado Municipal José Franco** informado que a senhora é licenciada em Português/Inglês, com experiência na área de apoio à criança, foi técnica nas AEC's na Escola EBI de Mourão e é a Coordenadora do Programa Escolhas na Associação de Desenvolvimento ADEREM. -----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** informou que para efeitos de votação cada Senhor Deputado Municipal deverá indicar sim ou não no boletim de voto. -----

--- Distribuídos, então, os boletins de voto, e no prosseguimento da reunião, cada Deputado nele indicou o seu voto, e de seguida procedeu-se à votação, com introdução no recipiente próprio dos votos devidamente dobrados. -----

--- De seguida procedeu-se à contagem dos boletins entrados na urna, e dos votos, verificando-se o seguinte apuramento: dez votos sim e sete votos em branco.-----

--- Finalmente, foi então informado pelo **Senhor Presidente da Mesa** que foi designada para fazer parte da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mourão a **Senhora Ana Maria Serrano Caeiro.** -----

IV - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou que uma vez encerrada a Ordem do Dia, e de acordo com o estipulado no número 1 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e números 5 e 6 do artigo 53º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, haverá agora um "*PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO*". -----

--- O "Período de Intervenção do Público" será distribuído por períodos que, em caso algum, poderão exceder os 5 minutos por cada intervenção, sendo no entanto reduzidos para um menor período de tempo, nunca inferior a 3 minutos, em caso de o número de inscrições



assim o justificar, eliminando-se aquelas que, segundo a ordem da inscrição, fariam prolongar o período global para além dos 60 minutos. -----

--- Os cidadãos interessados em usar da palavra têm uma ficha de inscrição para uso da palavra disponível junto da Mesa, com a indicação da matéria que pretendem versar bem como do seu nome. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou de seguida se algum munícipe pretendia intervir, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção. -----

--- Esgotados os pontos da "**Ordem do Dia**", nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e nº 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **o Senhor Presidente da Mesa, Rui Miguel Bonito Vitorino**, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal fosse aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por unanimidade**. -----

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 10 (dez) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **o Senhor Presidente da Mesa** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por unanimidade**. -----

--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, aprovada a "Ata em Minuta", e, por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 23,30 horas, tendo, igualmente, desejado a todos "Boa Noite", e agradecido a sua presença e participação. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade, na sessão de 15 de novembro de 2019, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,



O Coordenador técnico,

